

IV Encontro Nacional da Anppas
4,5 e 6 de junho de 2008
Brasília - DF – Brasil

**Turismo e sustentabilidade na Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ):
conflitos, áreas protegidas e construção de governança local**

Teresa Cristina de Miranda Mendonça (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Bacharel em Turismo, mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
(EICOS/IP/UFRJ), doutoranda em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ)
teresam@ufrj.br

Resumo

Com seus 193 km², a Ilha Grande é considerada detentora de um dos maiores patrimônios naturais do Estado do Rio de Janeiro, reconhecida como um dos últimos locais preservados de Mata Atlântica no Brasil e referida pelos segmentos externos e internos como o paraíso a ser preservado. A partir da década de 90, a Ilha tornou-se gradualmente um destino turístico muito procurado. No entanto, para atender ao crescimento da visitação, surgiram inúmeros empreendimentos, sem que esse processo tenha tido qualquer tipo de planejamento. A “explosão” do turismo na Ilha Grande se caracteriza pelo turismo de massa, típico do sec. XX, inserido em uma relação de produção e consumo, descrito por Urry (1999, p.66) como “uma ilusão que destrói os próprios lugares visitados.”. Este fenômeno confronta-se com a existência de quatro áreas protegidas: o Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG (1971), a Reserva Biológica da Praia do Sul (1981), a Área de Proteção Ambiental de Tamoios (1982) e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (1990). A partir deste cenário, constatam-se diversos conflitos socio-ambientais decorrentes de contradições que surgem pela forma que o turismo é operado na região onde estão presentes diversas áreas protegidas. O presente artigo busca, então, refletir sobre a relação estabelecida entre o atual modelo de turismo e a população local e as leis ambientais. O foco é a Vila do Abraão, onde são reconhecidas, de forma mais clara, as traduções da chamada “explosão do turismo”.

Palavras-chave

Vila do Abraão, turismo, unidade de conservação, conflitos socioambientais

Introdução

Com seus 193 km², a Ilha Grande é considerada detentora de um dos maiores patrimônios naturais do Estado do Rio de Janeiro, reconhecida como um dos últimos locais preservados de Mata Atlântica no Brasil. A partir da década de 90, a Ilha tornou-se gradualmente um destino turístico muito procurado. No entanto, para atender ao crescimento da visitação, surgiram inúmeros empreendimentos, sem que esse processo tenha tido qualquer tipo de planejamento. Este fenômeno confronta-se com a existência de quatro áreas protegidas: o Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG (1971), a Reserva Biológica da Praia do Sul (1981), a Área de Proteção Ambiental de Tamoios (1982) e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (1990).

A partir deste cenário, constatam-se diversos conflitos socio-ambientais decorrentes de contradições que surgem pela forma que o turismo é operado na região onde estão presentes diversas áreas protegidas. Este assunto tem sido amplamente debatido em fóruns locais participativos instituídos em 2007: a reativação do Conselho Gestor do PEIG e do Conselho Gestor da APA de Tamoios, a criação do Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade da Ilha Grande e o Núcleo Gestor para desenvolvimento do Plano Diretor da Ilha Grande (Lei de Diretrizes para a Ilha Grande complementares ao Plano Diretor de Angra dos Reis). Fóruns que pretendem ser articuladores de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região.

O foco proposto de discussão nos fóruns leva em consideração que a Ilha Grande é referida por segmentos externos e internos, assim como nos documentos oficiais como um “paraíso ecológico” a ser preservado, ao mesmo tempo em que é alvo de intensa visitação de turistas (PRADO, 2003). A experiência vivida em pesquisa de campo incita a reflexão sobre os principais temas que interferem em todo o modo de vida do lugar, o turismo e a questão ambiental. Temas que dividem a história da Ilha Grande em antes e depois da chegada do turismo e antes e depois da chegada das leis ambientais com a criação das unidades de conservação da natureza.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relação estabelecida entre o atual modelo de turismo e a população local e as leis ambientais. O foco é a Vila do Abraão, considerada a “capital” e a principal “porta de entrada” da Ilha Grande. Trata-se da vila mais populosa, onde são reconhecidas as traduções da chamada “explosão do turismo”, apesar de ter contigüidade com o Parque Estadual da Ilha Grande e está inserida na APA de Tamoios.

O trabalho é resultado de um ano e quatro meses de pesquisa de campo na “região” escolhida como objeto para minha pesquisa de doutorado em Ciências Sociais. O foco principal do trabalho etnográfico são as reuniões do Núcleo Gestor do Plano Diretor da Ilha Grande realizados sob coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - PMAR, as Reuniões do Parque Estadual da Ilha Grande sob gestão do Instituto Estadual de Florestas – IEF e minhas estadas periódicas na Vila do Abraão. A palavra “região” é inspirada pela perspectiva de Tim Ingold (2005, p. 1) que considera que: “...os lugares não têm posições e sim histórias. Unidos pelos itinerários de seus

habitantes, os lugares existem não no espaço, mas como nós, em uma matriz de movimento. Chamarei esta matriz de “região”.

O “paraíso” Ilha Grande

A idéia de paraíso é bem exemplificada nos exemplos citados abaixo. O texto contido no folheto promocional da Operadora Resamundi, especializada em operação do turismo na Ilha Grande expressa: “Para aqueles que querem visitar um paraíso com 106 praias, cascatas e trilhas que escondem mais de 100 anos de história, a Ilha Grande te espera!”. O site Ilha Grande.on apresenta como subtítulo as palavras “Paraíso Ecológico” e na primeira página tem como destaque a frase: “Ilha Grande é uma das muitas obras magníficas de Deus. Trate-as com carinho e respeito”. O projeto Caminhos geológicos, do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM-RJ, que tem como objetivo pesquisar e destacar os monumentos geológicos do nosso Estado, cria placa descritiva dos recursos geológicos da Ilha Grande com o título: “Angra dos Reis / Ilha Grande - A Origem de um Paraíso”. Na placa destaca-se o texto: “O nome deste paraíso, descoberto pelos portugueses em 06 de janeiro de 1502, foi dado pelos índios Tupinambás que o chamavam de “Ipaum Guaçu” ou “Ilha Grande.”

A visão do paraíso é bem ilustrada pelo relato de duas moradoras em entrevista realizada em janeiro de 2008, ao responder à questão sobre as razões pelas quais os turistas escolhem e decidem visitar a Ilha. Patrícia, dona de uma operadora de turismo responde: “A propaganda de um paraíso”... “Um lugar pequeno, um paraíso sem carro .” Helena, uma nativa da Ilha declara que o visitante: “Vê a Ilha grande como o paraíso porque ainda tem a natureza que o abraça e acalanta. A beleza cênica...” De forma geral, conforme resultado das entrevistas, a natureza ainda preservada, a tranqüilidade do lugar que se contrapõe aos grandes centros urbanos (violências, roubo, sem asfalto, sem prédios) são os principais fatores de atratividade de visitantes para a Ilha.

Um relato de um velejador sul-africano em conversa na Ilha, em março de 2008, me chamou a atenção. Perguntei quais seriam os lugares no mundo que ele mais apreciava, conforme sua experiência de viagem. Ele me respondeu que são dois: a Ilha Grande e o nordeste da Malásia. Ao fim da resposta ele me devolveu uma outra pergunta: “Você quer saber o porquê?” Segundo ele a diferença é a cor das águas. Na Malásia, é possível enxergar com mais profundidade as águas do mar, devido à claridade das águas.

A imagem do paraíso é motivada pela campanha realizada para eleição das Sete Maravilhas do Estado do Rio de Janeiro, promovida pelo Jornal O Globo em 2007. Esta campanha teve como resultado a eleição da Ilha Grande como a “segunda maravilha do Estado do Rio de Janeiro”, liderada pelo Pão de Açúcar e seguida pelo Jardim Botânico, Praia de Copacabana, Museu Imperial, Teatro Municipal e Aterro do Flamengo. Alguns moradores, entre eles

empreendedores, destacam que esta campanha tem contribuído para o aumento do fluxo de visitantes para a Ilha.

A Ilha Grande aparece, também, em 30º lugar no *ranking* das 111 ilhas mais preservadas do planeta, selecionadas pela revista americana de turismo e viagens National Geographic Traveller (Edição de abril de 2008). Destacam-se as duas declarações dos avaliadores:

Um lugar lindo, ainda ricamente florestado, com praias maravilhosas e pequenas comunidades muito charmosas. Sua proximidade com o Rio de Janeiro assegura acesso relativamente fácil. É preciso tomar cuidado para não arruiná-lo.

Grande qualidade ecológica e apelo turístico, principalmente porque o turismo é em grande parte local. Não existem grandes complexos estrangeiros ou grandes hotéis.

Refletindo sobre as promessas dos mercadores de paraíso, ligadas principalmente aos setores de lazer e viagem, Kripendorf (1986) compara-as à promessa do paraíso feita pelas diversas religiões. No entanto, as religiões prometem o ambicionado paraíso apenas após a morte e a “chamada indústria do turismo” oferece-o aqui na terra. Segundo Aoun (2001), o turismo vende o paraíso aqui na terra, referido ao relato bíblico do Jardim do Éden com todo peso simbólico que este representa para o ocidente. No entanto a diferença entre a imagem do paraíso possível comercializado e aquele da imagem bíblica consiste em que o primeiro está mais vinculado aos prazeres da carne enquanto que o segundo está ligado tanto ao espírito. Pois o paraíso aqui oferecido, segundo Aoun (*op. cit.*, p. 117),

não é o do estado perfeito e harmonioso mas sim o jardim das delícias, rico em prazeres, em deleites, em situações idílicas, feitos na medida e ao gosto de qualquer pessoa disposta a aventurar-se, romper com seu cotidiano, dando vazão aos seus desejos e às mais extravagantes fantasias...

No entanto, o “paraíso ecológico”, chamado de Ilha Grande, foi foco de uma série de reportagens no Jornal O Globo (março/2005), onde é levantada a questão: “-Que paraíso é esse?” As reportagens citam que na Ilha, no século passado, “conviviam dois mundos antagônicos: o inferno do presídio cercado pelo éden da vida marinha”. Através desta citação levantam temas centrais de discussão: o processo de favelização; a luta da comunidade caiçara na Praia do Aventureiro; línguas negras presentes em treze praias; a cobrança de taxas para entrada de turistas e a privatização de praias. Estas reportagens refletem dois problemas centrais constatados como temas de enfrentamento da Ilha: os ambientais e o turismo.

Vila do Abraão, “paraíso” e memória

Para a origem do nome da Vila do Abraão são encontradas três versões. Uma delas foi a influência do nome do pirata inglês *Abraham Cock*, que habitou onde é hoje a Vila do Abraão. A segunda versão, tem como origem as características geográficas que identificam a Ilha Grande. O litoral recortado da Ilha apresenta várias formações geográficas conhecidas por abra, um pequeno

golfo protegido de correntes marinhas e que serve de ancoradouro para embarcações. Foi em uma abra, com dimensões um pouco maior do que as demais, que os navios europeus começaram a desembarcar no início do século XVI. Os europeus, então, denominaram a região de *abra grande*, uma *baía muito aberta*, um *abraão*. Estas duas versões são apresentadas em relatos orais por alguns moradores entrevistados em janeiro de 2008, assim como por dois sites da Ilha Grande. O site Ilha Grande.org (<http://www.ilhagrande.org/Vila-do-Abraao>) elege a segunda versão como a verdadeira, porém o site Ilha Grande On (<http://www.ilhagrandeon.com.br/historia.htm>) elege a primeira versão. A terceira versão, que tem uma origem bíblica, é apresentada por Rafael, antigo morador da Ilha e pesquisador. Na Bíblia é registrado um lugar chamado de *seio de Abraão*, *um lugar de extrema paz*, onde as pessoas ficariam esperando vaga no céu. A enseada era lugar de abrigo e proteção das embarcações em dia de muito vento e “mar brabo”, o que ocorre até hoje. Por esta razão, os portugueses a denominaram de enseada de Abraão, lugar de calma e paz. Para o entrevistado, a última versão é a mais coerente. Esta última versão surge durante conversa com um velejador de Ilha Bela (SP) em frente ao novo cais do Abraão em março de 2008. Ele fala da tempestade que já chegou na Ilha Bela (SP) e está a caminho da Ilha Grande. Neste momento, ele visualiza alguns barcos à vela chegando no Abraão para se abrigar da tempestade. O Abraão, como outras enseadas da Ilha servem de abrigo para velejadores, devido a sua formação geográfica. Aproveito para comentar sobre a última versão do nome Abraão e ele confirma que esta é a versão que conhece.

Existem dois acontecimentos que marcam a história recente da Vila do Abraão – a intensificação do fluxo turístico e a instituição de leis ambientais com a criação de duas unidades de conservação da natureza: o Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG (criado em 1971) e a Área de Proteção Ambiental de Tamoios - APA de Tamoios (criada em 1982). A “questão ambiental” e “o turismo” são elementos que marcam a história local e intervêm na forma do uso do solo pela população. Estes elementos dividem a história em antes e depois do turismo e antes e depois da chegada do PEIG, conforme os registros a seguir.

A roça, como em várias localidades da Ilha, era uma atividade tradicional da população antes do turismo e da instituição de leis ambientais. A população vivia da pesca e da plantação da mandioca, feijão, batata-doce, abóbora, café, milho, banana, cana-de-açúcar, tangerina, etc. e fazia farinha para vender. A lembrança da roça leva à recordação de alguns pratos típicos locais: galinha com fruta pão, peixe com banana, carne seca com banana, carne seca com fruta pão, galinha com inhame. Nos quintais criavam galinhas e porcos.

O peixe, tinha em abundância. Sua salga e secagem eram utilizadas como preciosa técnica para conservá-lo. Outro hábito era a prática denominada de “escalar” sardinha. A cabeça da sardinha era retirada. Esta era aberta, salgada e exposta ao sol. A sardinha era consumida acompanhada de café ou cachaça.

Sr. Francisco (ex-pescador e artesão, nascido no Aventureiro, há 30 anos no Abraão) tinha como única fonte de renda a produção de artesanato, feito através do entalhamento de madeira retirada da mata para produção de remos, canoas e barquinhos. Alguns moradores gostariam de vê-lo dar continuidade a seu ofício. No entanto, muitos o aconselham a parar de tirar madeira devido às restrições ambientais e ele lhes atende.

Na fala das pessoas são reveladas algumas antigas atividades econômicas de importância do lugar ao lembrarem das ocupações de seus avós e pais. Muitos dos entrevistados tiveram parentes que trabalharam na fábrica de sardinha, no presídio (como guardas penitenciários) e na pesca.

O aumento do número de moradores e do fluxo advindo do turismo transformam o lugar do ponto de vista paisagístico e traz problemas ambientais como a poluição dos rios e conseqüente poluição do mar: “Antigamente a água era clara, clara mesmo. Subia na ponte e pescava.” “Os rios tinham peixe e camarão, a tainha entrava para desovar aqui dentro.” A tranqüilidade é lembrada com saudosismo; segundo relatos a Ilha – equacionada com o Abraão, como é comum ocorrer na fala das pessoas em todas as praias – só enchia em período de Carnaval: “Na Ilha antiga, nós nos reuníamos, conhecíamos todos, dormíamos na praia.”

Patrimônio natural e paisagístico e característica urbana

A Vila do Abraão é considerada a “capital” e a principal “porta de entrada” da Ilha Grande. Trata-se da vila mais populosa, que tem contigüidade com o Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG e abriga importante parte da infra-estrutura urbana existente na Ilha.

É nela que se localizam o cais de atracação da barca da Companhia Barcas S.A., que constitui o único meio de transporte público que liga o continente (Angra dos Reis e Mangaratiba) à Ilha e um cais de atracação de barcos de passeios turísticos e particulares. É pela porta de entrada da Ilha que chegam e partem, diariamente, os barcos de passeios para as demais praias. No entanto, as praias centrais – a do Abraão e a do Canto – não são indicadas para banho, pois há uma grande concentração de barcos e algumas valas poluídas que deságuam no mar. É a partir do Abraão, também, que são com maior freqüência iniciadas as caminhadas pelas diversas trilhas existentes na Ilha.

O destaque mais visível na paisagem do Abraão é a imagem privilegiada que se tem do Pico do Papagaio, transformado em símbolo do lugar, cuja imagem é reproduzida nos mais diversos produtos (postais, camisetas, etc.). Além das praias acima referidas, há a praia Preta e, nas proximidades, a variáveis distâncias por caminhada em trilhas, as praias da Julia, do Abraãozinho e da Feiticeira. Há ainda, muito procurados pelos visitantes, o Poção e a Cachoeira da Feiticeira. As Ilhas do Macedo, localizadas em frente ao cais do Abraão, destacam a paisagem do lugar na chegada da barca. Por um processo relacionado a sua importância histórica e econômica no contexto da Ilha Grande, a Vila do Abraão é um dos locais que sofreram maior ocupação humana, constatando-se ali grandes alterações ocorridas em sua paisagem natural.

Segundo Carneiro (2005), observa-se nas regiões mais elevadas de ocupação mais esparsa, uma gradual recuperação da Mata Atlântica original, enquanto que nas regiões litorâneas e planas se vê uma crescente e descaracterização de seu ecossistema natural.

Devido ao déficit habitacional e ao fluxo migratório, a população tem se preocupado com o que costuma ser referido como o “processo de favelização” do Abraão. Já são constatados alguns lugares com grande adensamento populacional, principalmente nas encostas.

Todo este processo de crescimento da Vila do Abraão e sua caracterização como área urbana deveriam ter como orientações básicas os parâmetros de ocupação e uso do solo delineados pela Área de Proteção Ambiental de Tamoios – APA de TAMOIOS (sob gestão do governo estadual), segundo Decreto nº 20.172, de julho de 1994, que institui o Plano Diretor da APA e Área Especial de Interesse Cultural, Ambiental, Turístico e de Utilização Pública – AECATUP (Lei 162/LO, de 12 de dezembro de 1991), sob gestão do governo municipal. A ausência do poder público estadual na Ilha, durante anos, no que diz respeito à gestão da APA de Tamoios, fez com que todo o controle de ordenamento urbano ficasse, de forma mais direta, sob fiscalização e coordenação apenas do poder público municipal. O atual retrato da Vila do Abraão reflete o não atendimento das normas estabelecidas pela APA Tamoios e nem mesmo pela condição de AECATUP, em várias áreas do Abraão – tema de discussão recorrente nas reuniões para revisão do Plano Diretor da Ilha Grande (Lei de Diretrizes para a Ilha Grande, complementares ao Plano Diretor de Angra dos Reis) e do Plano Diretor da APA de Tamoios. O governo do estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis buscam uma consistência através da criação de regras mais unificadas na revisão desses dois planos diretores. No entanto, alguns moradores acham que, apesar de as atuais regras não serem cumpridas, elas devem ser mantidas devido às restrições que impõem. O problema para estes não é a lei, mas sim o seu descumprimento. Por esta razão, um grupo de moradores do Abraão - reunido em evento para a revisão do Plano Diretor da Ilha Grande - demanda que a legalidade seja a referência do lugar. Para outros, as regras devem ser ainda adequadas à realidade da Vila do Abraão, pois as atuais não atendem às demandas locais, e várias já foram descumpridas.

Turismo na Vila do Abraão

A ascensão do turismo na região de Angra dos Reis se inicia com a construção da estrada Rio–Santos (aberta em 1974) e com sua pavimentação, na década de 1980, o que proporcionou rápido acesso à região que liga o Rio de Janeiro a São Paulo (Luchiari, 1997 *apud* WUNDER 2006). Com a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes (1940 – 1994) na Vila Dois Rios, a Ilha Grande começou a tornar-se gradualmente em destino turístico muito procurado. Apesar da desativação do presídio em 1994 abrir possibilidades para uma expansão marcante do turismo, segundo Wunder (2006), esse processo já estava em andamento no início da década de 90. A partir deste momento, para atender ao crescimento da visitação, ergueram-se inúmeros empreendimentos turísticos, sem que esse processo tenha sido realizado com qualquer

planejamento. Ou seja, no plano das ações constata-se o prevalecimento dos interesses imediatistas do setor privado (EQUIPE IVT, 2004).

A “explosão” do turismo na Ilha Grande se caracteriza, então, pelo fenômeno de turismo de massa característico do século XX, inserido dentro de uma relação de produção e consumo, descrito por Urry (1999, p.66) como “uma ilusão que destrói os próprios lugares visitados.” Pois segundo o autor, este fato acontece porque o espaço geográfico é uma fonte estritamente limitada. Desta forma, o crescimento do turismo na Ilha Grande leva à reflexão sobre os impactos provocados pela atividade turística sobre o local. É, neste caso, importante refletir sobre a valorização do espaço, promovida pelo turismo. Valorização que tem favorecido a reapropriação do espaço pelos setores economicamente privilegiados da sociedade: classes altas e empreendimentos comerciais (BARRETTO, 2000). Esta realidade também é apresentada por Luchiari (2000), pois a construção de espaços turísticos tem favorecido a formação de uma nova elite local, a intensificação da especulação imobiliária e uma revalorização seletiva do uso do solo urbano, no caso da Vila do Abraão.

Segundo a estimativa da TURISANGRA - Fundação de Turismo de Angra dos Reis, entraram na Ilha Grande cerca de 330.000 turistas em 2007, conforme registrado no documento “Caracterização e Dimensionamento do Setor Turístico no Município de Angra dos Reis – 2007” (PMAR/TURISANGRA, 2007). Levando em consideração que a Vila do Abraão é o portão de entrada da Ilha e que a maior parte destes turistas permanece¹ ou passa pelo Abraão, constata-se que, principalmente em período de alta temporada, é ultrapassada a “capacidade de suporte” da infra-estrutura da Vila do Abraão. Nos últimos anos o crescimento do turismo e a urbanização da Vila do Abraão têm se intensificado. Conforme relato de Helena: “Falta pão, falta água, sobra lixo e esgoto”. Além deste fato, ela declara que “os moradores sobram nas barcas no período dos grandes eventos”.

Registra-se o aumento do número de estabelecimentos comerciais voltados ao atendimento ao turista. Segundo Mello (1997), conforme as informações levantadas pela FLUMITUR (atual Turisrio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro) em 1988, foram registrados no Abraão, 2 hotéis, 2 “pousadas”, 2 *campings* e 1 restaurante. Em 2007, segundo um membro da Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande - AMHIG existiam cerca de 100 pousadas legalizadas. No site Ilha Grande.Org (2007) estão registrados: 15 *campings*, 8 casas para aluguel e 82 pousadas. O aumento pela oferta de leitos e a transformação física do Abraão é citado por Prado (2003a):

Uma observação que qualquer um pode fazer em relação à Vila do Abraão é que ela parece ao mesmo tempo uma agência imobiliária - com um anúncio a cada passo, de aluguel "por temporada", de casas, quartos, "kitnetes"; ou placas com os preços das diárias dos

¹ Conforme dados do MPE/FUNBIO (2002), em 2002 a grande maioria (67%) dos quase 3 mil leitos ofertados (67 pousadas, ou seja, 1895 leitos) na Ilha Grande para os turistas se encontravam na Vila do Abraão e o resto era distribuído entre 8 outras vilas. Foram também inventariadas algumas casas e suítes na Vila do Abraão e registrando um número de 786 leitos (foram inventariados cerca de 70% do total). Em relato de pessoa ligada ao turismo (fevereiro 2008), atualmente, na Vila do Abraão existem entre 100 e 120 pousadas registradas, além das pousada ‘clandestinas’, aluguel de suítes e *camping*.

campings e das pousadas - e um canteiro de obras - com construções, na maioria de dois andares, igualmente encontradas a cada passo ao longo de todos os percursos da vila. Se, de um lado, há sempre uma construção nova ou acréscimos nas casas e pousadas já existentes, indicando nitidamente uma expansão - que abrange ricos e pobres, nativos e não-nativos -, por outro lado, nas colocações de muitas pessoas de diferentes segmentos sociais, aparece uma preocupação com tal expansão: "alguém tem que dar uma trava"; "chega de pousada"; "tem que congelar".

A Vila do Abraão, literalmente detonada, apresenta, resumidamente, as seguintes características identificadas por Rosane (2003b) e pelo diagnóstico desenvolvido pela equipe do Projeto Turismo Inclusivo (LTDS/COPPE/UFRJ, 2004b): é a mais populosa, com o maior grau de ocupação; apresenta população diferenciada; é a localidade mais exposta ao turismo, sendo considerada cosmopolita; parece um grande comércio "desvairado"; parece uma agência imobiliária (aluguéis de casas, *campings*, diárias pousadas); parece um canteiro de obras, com a construção de pousadas. Estes elementos são constatados em pesquisa de campo, além do aumento da população, o que resulta em um crescimento desordenado da Vila, caracterizado por muitos como a "favelização" do lugar. No entanto, segundo informações passadas pela responsável pelos agentes comunitários do posto de saúde do Abraão (fevereiro 2008) existem no Abraão entre 2500 e 3000 moradores, podendo até mesmo haver um pouco mais. Estes dados variam por causa da população flutuante.

Nesse sentido é que o Abraão já é o exemplo do que ninguém quer que aconteça nas demais comunidades (PRADO, 2003a). Esta afirmativa é confirmada pelas declarações dos moradores de diversas comunidades durante as reuniões realizadas para elaboração do Plano Diretor da Ilha Grande iniciadas em maio de 2007. Nas reuniões públicas, realizadas pela PMAR em diversas comunidades, fica explicitado que os moradores das demais comunidades da Ilha não desejam "se transformar em um Abraão", da mesma forma que se diz que o Abraão não deseja "se transformar em uma Angra dos Reis".

O que se destaca, atualmente, é a grande quantidade de construções de suítes nos quintais das casas dos moradores e a sua oferta para turistas. É importante destacar que alguns serviços estão situados e sendo prestados em área e residências localizadas na área do Parque Estadual da Ilha Grande - PEIG, tais como: aluguel de quartos para turistas, construção e aluguel de suítes para turistas e restaurante.

Em março de 2007, no café da manhã em uma pousada, conversei com Marcelo, 44 anos, na Ilha desde 15 anos de idade, proprietário da pousada. Ele se apresenta como muito indignado devido a diversos acontecimentos na Ilha, "as ilegalidades": "Do outro lado (na área do PEIG), os policiais estão construindo suítes nos fundos das casas e alugando." Ele se apresenta como

indignado, pois estes moradores não pagam aluguel, imposto, energia: “Estão em vantagem, pois eu pago impostos.”²

Se indigna, também com Hostel³ (hotel) situado no caminho de Abraão para Abrãozinho, pois a construção está embargada pelo IEF e FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, por causa de irregularidades, porém continua recebendo hóspedes e ninguém faz nada.

Pode-se comparar o discurso do Marcelo com o da Regina, casada com um morador da Ilha, que está há pouco tempo na Ilha e possui uma empresa de transportes de passageiros (Ilha/Mangaratiba/Ilha) sobre o processo de “ilegalidade” da Ilha, onde “uns podem e outros não”. Isto vai depender de seu poder financeiro, da influência e conhecimento político. Este discurso é revelado em várias reuniões realizadas nas diversas comunidades de forma explícita e nas conversas informais que tenho com moradores, conforme exemplificado abaixo na fala de dois moradores de Araçatiba durante a reunião comunitária para desenvolvimento do Plano Diretor da Ilha Grande:

Os moradores quando querem casa têm dificuldades de construir casas, pois o meio ambiente não autoriza. Existe uma burocracia. Nos mandam para vários setores. Mas quando chega alguém com dinheiro consegue. Meu filho vai casar. Onde ele vai morar? (Araçatiba, 12/abril)

A lei existe e as pessoas têm que conhecer a lei. E para quem conhece a lei, a construção não cai. Cai a nossa primeiro. Nós temos dificuldades de conhecer as leis, entender. (Araçatiba, 17/maio)

A Gestão Ambiental

Na área do Parque Estadual da Ilha Grande, estão localizados equipamentos públicos como: a sede do IEF, a Casa de Cultura, a sede da sub-prefeitura de Angra dos Reis, o posto de Correios, o Posto Policial e de Bombeiros e a escola Municipal Brigadeiro Nóbrega, além da Brigada Mirim e de algumas residências. – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente entando, apesar de não serem permitidas instalações e serviços comerciais, registram-se nesta área a exploração de comércio: aluguel de quartos para turistas, construção e aluguel de suítes para turistas e restaurante, assim como a presença de ambulantes vendendo bebidas no caminho da Praia Preta.

É importante destacar que a atuação do governo estadual na Ilha Grande está relacionada diretamente com a gestão ambiental através da gestão de unidades de conservação estaduais. A Vila do Abraão está inserida na Área de Proteção Ambiental de Tamoios (criada em 1982) e diretamente relacionada e integrada ao Parque Estadual da Ilha Grande (criado em 1971).

O poder público estadual deixa de atuar de forma efetiva na região após desativação do presídio em 1994. A atuação do governo estadual é retomada de forma mais efetiva e ganha

² Como estão em um Parque sob administração do Estado e em propriedade do Estado, por lei, não podem transformar a propriedade pública em negócio. Muitos destes moradores são ex-policiais, funcionários do Presídio destruído em 1994.

³ O Hostel é um modelo de meio de hospedagem de preço baixo, onde o serviço prestado é a reserva de leito (cama) para pernoite (geralmente em quartos coletivos).

relevância a partir da solenidade ocorrida em 02 de fevereiro de 2007 para o ato de formalização da ampliação do PEIG (Lei 3058/2005). O ato de ampliação do PEIG teve como seu grande opositor, de forma explícita, os “grandes proprietários” da Ilha Grande representado pelo Parceiros da Terra – Instituto de Políticas Econômicas e Socioambientais. O representante do Instituto, durante reunião do Conselho Consultivo do PEIG realizada em 18 de fevereiro de 2008, declara que este ato se constitui em uma “ilegalidade”, pois o Estado se apropriou de propriedades privadas, o que, segundo eles, resultará em diversas disputas judiciais. A Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, também se apresenta como um das incomodadas com a ampliação do PEIG. Com as declarações de vários representantes da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Estes se incomodaram em não serem informados sobre a ação de ampliação, antes da assinatura do decreto.

As leis ambientais acompanham a criação das unidades de conservação e exigem mudanças culturais dos moradores do Abraão. O que se percebe é que a lei aparece de forma restritiva e punitiva e não educativa. Desta forma a imagem do IEF para a população está sempre relacionada com fiscalização e punição. A colocação de um morador revela bem a mudança exigida à população: “As mudanças começaram há 20 anos...Aí não pode plantar, porque não pode desmatar. Tirava um pé de aipim e já plantava outro. Tinha roça de banana e aipim. Fazia farinha e vendia banana. As pessoas mandaram eu parar de cortar árvore (parar fazer artesanato). Queria incentivar os filhos para fazer artesanato. Hoje o problema já é a mata.” A mata para esta família deixa de ser uma aliada para ser uma rival. A única fonte de renda deste morador era a produção de artesanato feito com as madeiras retiradas da mata.

Em 2008, apesar de algumas colocações indicarem que é apreciada a “linha dura” de atuação do IEF para cumprir seu papel de preservar os recursos naturais do PEIG e de seu entorno, de forma geral, as declarações revelam que a postura e forma de atuação dos gestores ambientais na Vila do Abraão pouco mudaram desde a criação do PEIG, conforme exemplo do parágrafo anterior. A atuação do IEF é sinônimo de “proibição e punição”:

O IEF só faz proibir. Proíbe isso, aquilo, não sei o quê... Devem ter mais consideração com os nativos. Dar alternativa. O nativo não conhece as leis. Não é chegar e está proibido. Tem amedrontado o povo. Em vez de proibir, orientar. Em vez de punir logo, orientar e não processar. Cada caso é um caso.

Até mesmo os que acham que, de certa forma, o IEF cumpre o papel de preservar, consideram que falta um processo mais efetivo de informação, conscientização e de ações que envolvam mais a comunidade: “Deixa tudo a desejar. Aplicam as leis, mas não conversam, nem orientam a comunidade. O IEF se apresenta como: Eu mando, eu posso, eu faço”. Diz-se que existe uma falta de comprometimento dos órgãos públicos com os moradores e visitantes, não informando sobre as questões ambientais. Este é o grande ponto dos conflitos ocorridos junto aos antigos moradores e a comunidade em geral com o IEF.

Para um morador o Parque sempre foi uma “entidade fantasma”. De fato, pôde ser constatado o grau da invisibilidade do PEIG para moradores e visitantes. Tudo parece ser a Vila

do Abraão. É uma porta aberta, não existindo limites físicos claramente delineados que informem às pessoas a entrada e demais limites do PEIG. Como estão demarcados os 87% de área protegida da Ilha Grande?

No entanto, é percebida a nova estruturação do IEF no PEIG. Novas contratações foram feitas, tendo como um ponto de relevância a absorção de moradores da Vila do Abraão para trabalhar na sede do PEIG. A oferta de emprego é considerada por um entrevistado como uma forma de mudar a imagem do IEF. O que se destaca nos comentários é a forma de atuação do novo gestor do PEIG: “Até agora o cara que está aí quer dialogar

A FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente surge em uma fala como aquela que sempre demorou mais de ano para emitir uma licença de construção e também como responsável por várias construções irregulares. Este aspecto de fiscalização e permissão de obras irregulares foi destacado por um dono de pousada, em março de 2007, a propósito de uma pousada cuja obra havia sido embargada pela FEEMA/IEF e que, no entanto, estava lá e continuava funcionando e recebendo hóspedes, como já relatado.

PEIG – Parque modelo em nível nacional para lazer e turismo

Em 02 de fevereiro de 2007 é realizado o evento de formalização de Ampliação do PEIG. O evento conta como principais autoridades, o governador Sérgio Cabral; Carlos Minc, secretário Estadual de Meio Ambiente; Fernando Antônio Jordão, prefeito de Angra dos Reis e Ricardo Vieiralves de Castro, reitor da UERJ. A blusa distribuída resume bem o objetivo do evento, pois nela está estampada a frase: “A Ilha Grande ficou maior. 87% de área protegida – Turismo ecológico⁴.”

Carlos Minc destaca que o objetivo é fazer do PEIG um parque modelo em planejamento, gestão e na organização da unidade de conservação para a prática de turismo e lazer. Se tornando, desta forma, uma referência no Brasil. Em seu discurso é inserido, a importância e necessidade da implantação de um sistema de tratamento de esgoto para a Ilha. O prefeito, Fernando Jordão, aproveita para sinalizar o problema de conflitos causados pela superposição de poderes na Ilha nas esferas municipal, estadual e federal.

No evento realizado em 28 de março de 2008 para inauguração da primeira fase do projeto de fortalecimento do Parque Estadual da Ilha Grande, destacam-se nos discursos elogios entre as três autoridades (o governador do Estado, o Prefeito de Angra dos Reis e o Secretário Estadual de Meio Ambiente). Minc chama Sérgio Cabral de “eco-governador”. Ambos continuam confirmando a prioridade que da atuação do Governo do Estado na Ilha Grande. Em entrevista a uma equipe de televisão presente, Minc discursa: “Mais turismo. Mais ecoturismo. Mais funcionários qualificados.” André

⁴ Algumas informações que me chegaram de que o governo estadual tem ciência de vários mega-projetos para a Ilha Grande. Projetos de construções de Resorts e empreendimentos imobiliários. Desta forma a Ampliação do PEIG, não permite a criação de empreendimentos deste tipo.

Ilha, presidente do IEF em seu discurso destaca que as principais funções do PEIG são: a preservação da flora e da fauna e recepção de visitantes. Desta forma, objetivam transformar o PEIG em uma verdadeira marca para atrair visitantes.

Esses discursos me remetem ao que Irving (2002) considera um dos maiores desafios que o país enfrenta, o planejamento e a gestão do ecoturismo em áreas protegidas. No momento em que se deve compatibilizar os pressupostos de conservação ambiental, em áreas de elevado valor patrimonial em biodiversidade, com a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável e inserindo a política de lazer e turismo. A inserção do uso do turismo é motivada pelos resultados advindos deste fenômeno, pois o ecoturismo representa uma importante fonte para ingresso de divisas em países da América Latina, como a Venezuela e a Costa Rica.

No entanto, o plano de manejo, principal instrumento regulador e normativo do uso de áreas protegidas, não está disponível na maioria delas. O que dificulta a prática do turismo, já que na teoria, o turismo é permitido apenas em áreas que tiverem o plano de manejo. Além da ausência ou inoperância dos planos de manejo, surge um outro problema a ser resolvido quando se refere à infra-estrutura disponível nas unidades de conservação. No Brasil, grande parte dos parques apresenta carência de infra-estrutura mínima necessária ao apoio ao ecoturismo (IRVING, 2002).

Carlos-Lascuráin (1996 *apud* IRVING, 2002) prevê um aumento do interesse pelas regiões com elevada oferta de recursos e bem preservadas, o que levará ao impacto crescente do turismo em parques ou outras unidades de conservação. Segundo o autor (*op. cit.*, p. 56): "O ecoturismo pode representar cerca de 40 a 60% do turismo internacional, dependendo da região". Por esta razão, segundo Irving (*op. cit.*) cada vez mais o poder público apresenta iniciativas de promoção do turismo em áreas protegidas.

O valor econômico das áreas protegidas tem sido valorizado pela prática do ecoturismo. Um exemplo é o Parque Nacional Amboseli, no Quênia, onde o valor econômico da fauna foi quantificado com base no retorno obtido com o ecoturismo. Conforme pesquisas, constata-se que um leão adulto vale US\$ 27.000 por ano, o que significa que pode gerar aproximadamente US\$ 500.000 por ano para a economia do país (IRVING, *op. cit.*).

Certamente os gestores das unidades de conservação tenham acertado em optar pelo uso turístico nos parques, pois segundo Brando (1996 *apud* IRVING, *op. cit.*) muitos benefícios surgem com as iniciativas de ecoturismo como: fonte de financiamento para investimentos nas unidades de conservação; justificativa econômica para proteção dos parques; alternativa econômica para as populações locais, o que resultaria na redução da exploração de áreas protegidas e de seus recursos; os praticantes do ecoturismo se tornam os grandes defensores da conservação da natureza. No entanto, apesar da possibilidade do retorno financeiro e dos benefícios para os parques, a falta de planejamento para seu uso pode se transformar em graves impactos sociais e ambientais dentro ou no entorno da unidade de conservação. Este fato tem

sido constatado pelos gestores ambientais das unidades de conservação presentes na Vila do Abraão.

Apesar da criação das unidades de conservação surgirem com o objetivo de proteção do “paraíso” Ilha Grande, os discursos revelam que os gestores do PEIG estão cientes dos benefícios delineados por Brandon (*op. cit.*) pelo incentivo e planejamento do uso turístico nesta unidade de conservação.

Considerações finais

Atualmente, as atividades econômicas na Vila do Abraão estão ligadas de forma direta ou indireta ao turismo, considerado como “a alma da Ilha Grande” por um morador (janeiro 2008). Este mesmo morador declara que: “o que o peixe era para o pescador, hoje é o turista...”. Esta declaração resume a perspectiva dos moradores do Abraão de que o turismo é a principal alternativa de trabalho e renda local. Consideram, no entanto, que o atual modelo de turismo “é desigual e predatório”. Estes relatos remetem a reflexões levantadas por Krippendorf (*op. cit.*), ao problematizar a tendência de alguns lugares transformarem o turismo em uma monocultura, o que ele considera tendência muito perigosa e nefasta ao lugar.

Levando em consideração que o Abraão é o portão de entrada da Ilha, constata-se que, principalmente em período de alta temporada, é ultrapassada a “capacidade de suporte” da infraestrutura. Conforme relato de uma moradora (janeiro 2008): “Falta pão, falta água, sobra lixo e esgoto”. Desta forma, ao turismo é atribuída a responsabilidade pela geração de emprego e renda, mas também por toda mudança da vida da “região”: pela falta de tranquilidade; pelo excesso de pessoas; pelo comprometimento da infra-estrutura; pelo crescimento urbano desordenado; pela chegada da droga; pelo fim do forró; pela migração de nordestinos e pelo elevado custo de vida do lugar.

O modelo de turismo na Vila do Abraão contradiz as regras básicas regidas por lei do uso turístico dos parques estaduais. Apesar de não serem permitidas instalações e serviços comerciais, registram-se, na área do PEIG, a exploração de comércio; aluguel de quartos para turistas, construção e aluguel de suítes para turistas e restaurante, assim como a presença de ambulantes.

Este é o retrato da ausência do poder público Estadual na Ilha e da ineficiência da gestão do PEIG. Segundo um morador (janeiro 2008) e do no de uma pousada: “O PEIG sempre foi uma entidade fantasma”. Apesar de reconhecer que o PEIG é o “grande patrão” dos moradores da Ilha. De fato, pode ser constatado o grau da invisibilidade do PEIG, principalmente para os visitantes. Não existem limites físicos e ações de comunicação, claramente delineados, que informem às pessoas sobre o PEIG, sua entrada e demais limites. Como estão demarcados os 87% de área protegida da Ilha Grande? E quais são as regras para uso desta área?

Minha experiência de campo, valida as impressões de Prado (*op. cit.*) sobre o assédio à Ilha Grande, em que se institui uma grande e explícita disputa dos atores presentes, sejam eles: moradores nativos, moradores muito antigos, novos moradores, veranistas, visitantes, os pequenos proprietários de terra, os grandes proprietários de terras, o poder público municipal, o poder público estadual, as ongs, órgãos público ambientais, universidades, que segundo Prado estão mobilizados em torno de um propósito – “salvar a Ilha”. O que se destaca nesta luta pelo poder são as diferentes razões pelas quais estes diversos atores desejam salvar a Ilha. Prado então questiona. Salvar a Ilha por que, para que e para quem? Nas reuniões das quais participei, esta é uma questão crucial. Quais são as reais intenções de cada um destes atores discutindo sobre o futuro da Ilha e a melhor forma de ordená-la e gerí-la?

Atores tão díspares, cada uma com a visão do turismo que se tem e do turismo que se quer para a Vila do Abraão. Dentre as categorias nativos e não-nativos, podem ser verificados algumas outras classificações que podem ser delineadas, entre outras, como: os pousadeiros situados na parte plana do Abraão e os pousadeiros situados na parte mais altas; os moradores antigos e os novos moradores; os migrantes nordestinos e os migrantes do sul / sudeste; os pousadeiros e os moradores que ofertam kitinetes e quartos; os meios de hospedagem legais (fora da área do Estado) e os meios de hospedagens ilegais (dentro da área do Estado); a população tida como de atitude não ecológica e os órgãos públicos ambientais; os que defendem o turismo de massa e empreendimento de grande porte e os que defendem o controle do fluxo turístico e empreendimento de pequeno e médio porte; gestores municipais e gestores estaduais.

Todos estes atores estão presentes em uma “região” em que as paisagens e os territórios turísticos são espaços de estratégias capitalistas, visando o encantamento dos visitantes ao mesmo tempo em que gera conflitos e resistências no lugar. O turismo, desta forma, tem como resultado configurações locais, pela luta de interesses conflitantes e com pouco diálogo ou negociações entre as partes: o Estado, os residentes e o setor privado. Contexto que “implica em movimento e conflitos permanentes para se manter as relações sociais e o exercício do poder (CORIOLANO, 2007, p. 24).

A reflexão, desta forma, parte da premissa de que o tema conflito não deve surgir apenas pela influência das imposições oriundas das leis ambientais, mas também pela influência de uma nova lógica econômica, ditada pela introdução do turismo. Presencia-se uma ruptura com um modo anterior de vida que impõe uma outra lógica na dinâmica socioambiental e cultural. A investigação aqui propõe levantar o tema “conflitos socioambientais”, refletido por Little (2005). No entanto, neste caso tira o foco principal da questão ambiental e reorienta o foco para o turismo.

Conflitos que surgem do modelo de gestão da “região” pela superposição do papel da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - PMAR e do governo do Estado do Rio de Janeiro. Conflitos que surgem entre estes dois níveis de poder pelo processo de ampliação do PEIG, o que restringe a área de atuação da gestão municipal. Ou seja, a restrição de poder da PMAR sobre a

“região”. Modelo de gestão que se articula com vários atores presentes, impactados de forma diferente pelo turismo e com visões diferentes sobre o fenômeno. Demandam-se, desta forma, que seja incorporada nesta região o conceito de governança que passa a inserir o tema sobre negociação, assim como o gerenciamento de conflitos, decorrentes de interesses sociais e econômicos distintos. Alguns autores sugerem que, em nível local, pode ser útil na problematização das questões relativas à articulação entre as demandas e ações do poder público, do mercado e da sociedade (IRVING, *etal*, 2006). Pois na discussão sobre governança e poder local, Santos Jr, *etal* (2004 *apud* IRVING 2006, p. 60) afirmam ser a noção de governança é:

...útil para problematizar as dificuldades e desafios alocados à construção de arranjos institucionais na interação entre governo e sociedade que respondam às mudanças sociais e econômicas em curso em nossa sociedade, cujo traço principal é a necessidade de coordenação entre governo, mercado e sociedade, mas ao mesmo tempo garantam a concretização da democratização dos processos decisórios do governo dos governos.

O modelo de governança para a região deve atender às demandas da população. Nos fóruns comunitários e nas entrevistas com moradores surgem os temas mais relevantes para pensar a sustentabilidade da Ilha: gestão compartilhada entre as três esferas governamentais; o delineamento de uma capacidade de carga para a região, um novo modelo de gestão do IEF, com um processo mais efetivo de comunicação com a comunidade; dar mais atenção aos (ter mais respeito com) moradores nativos mais antigos que ainda não se adaptaram às regras atuais; a maior participação da população local nos fóruns de discussão, assim como na cadeia produtiva local; a orientação de novas alternativas de trabalho e renda com o manejo de recursos naturais, que possam substituir as atividades atualmente proibidas; a coordenação e ordenamento do fluxo turístico e a implantação de projetos de educação ambiental. Demandam-se, principalmente, dos gestores municipais e estaduais no que se refere ao planejamento do turismo e na gestão das unidades de conservação, um maior respeito com os nativos e suas tradições.

Referencias Bibliográficas

- AOUN, Sabáh. **A procura do paraíso no universo do turismo**. São Paulo: Papirus, 2001.
- BANDUCCI Jr., Álvaro. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001.
- BARRETTO, Margarita. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Org.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p. 17-36.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo e Meio Ambiente: interfaces e perspectivas. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio P. (orgs.) **Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

EQUIPE IVT. **Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande, RJ**. 12ª Edição. Caderno Virtual de Turismo – LTDS/COPPE/UFRJ (Junho 2004).

INGOLD, Tim. Jornada ao Longo de um Caminho de Vida – Mapas, descobridor-caminho e navegação” In: **Religião e Sociedade**. 2005. V. 25, n 1, (p. 76–110).

Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas – tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, Marta de A.; AZEVEDO, Julia. **Turismo: desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

IRVING, Marta de A; COZOLINO, Felipe; FRAGELLI, Cláudia; SANCHO, Altair. Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, Marta de A. (org.). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

KRIPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LITTLE, Paul Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos ano 12 nº 25, Antropologia e Meio Ambiente**. Porto Alegre: UFRS, 2006.

LTDS/COPPE/UFRJ. **Segunda Reunião de Trabalho: proposta e contribuições – Programa de Promoção de Turismo inclusivo na Ilha Grande**. Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ, 2004a.

_____. **Diagnóstico com vistas para a promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande - Produto 2: Consolidação Dos Pré-Projetos**. Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ, agosto/2004b.

LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Orgs.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papyrus, 2000. p.105-130.

MELLO, Érika Alves de. **Turismo e Desenvolvimento Social na Vila do Abraão - Um Estudo Sobre a Modificação na Estrutura de Consumo**, 1997. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

PMAR/TURISANGRA. **Caracterização e Dimensionamento do Setor Turístico no Município de Angra dos Reis – 2007**. 2007.

PRADO, Rosane. Tensão no Paraíso: Aspectos da Intensificação do Turismo na Ilha Grande.7ª Edição. **Caderno Virtual de Turismo – LTDS/COPPE/UFRJ** (Março, 2003a).

_____. As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes Antropológicos – Turismo, nº 20 ano 9**, Porto Alegre: UFRGS, 2003b.

_____. **“Ecologia e turismo na Ilha Grande”**. Projeto apresentado ao CNPQ referente a pedido de Bolsa CNPQ (Agosto 2005) - Depto. de Ciências Sociais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ.

URRY, John. **O olhar do turista**. São Paulo: Sesc/ Studio Nobel, 1999.

WUNDER, Seven. Modelos de Turismo, florestas e rendas locais. In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamond/EDUERJ, 2006. p. 133-190.